

Banco Intermedium S.A.

Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2015 e 2014

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	3
Balancos patrimoniais	5
Demonstrações de resultados	6
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	7
Demonstrações dos fluxos de caixa	8
Demonstrações do valor adicionado	9
Notas explicativas às demonstrações financeiras	10



KPMG Auditores Independentes
Rua Paraíba, 550 - 12º andar - Bairro Funcionários
30130-140 - Belo Horizonte/MG - Brasil
Caixa Postal 3310
30130-970 - Belo Horizonte/MG - Brasil

Telefone 55 (31) 2128-5700
Fax 55 (31) 2128-5702
Internet www.kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos
Administradores e aos acionistas do
Banco Intermedium S.A.
Belo Horizonte - MG

Examinamos as demonstrações financeiras individuais do Banco Intermedium S.A. (“Banco”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício e semestre findos naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras

A Administração do Banco é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras do banco para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos do banco. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

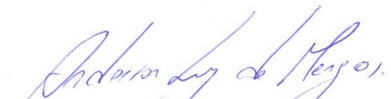
Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco em 31 de dezembro de 2015, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício e semestre findos naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Outros assuntos***Demonstração do valor adicionado***

Examinamos também a Demonstração do Valor Adicionado (DVA), elaborada sob a responsabilidade da Administração do Banco, para o exercício e semestre findos em 31 de dezembro de 2015, cuja apresentação está sendo realizada de forma voluntária pelo Banco. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Belo Horizonte, 23 de janeiro de 2016

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/O-6 F-MG



Anderson Luiz de Menezes
Contador CRC MG-070240/O-3

Banco Intermedium S.A.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2015 e 2014

(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	Exercícios		Passivo	Nota	Exercícios	
		2015	2014			2015	2014
Circulante				Circulante			
Disponibilidades	4	575	3.399	Depósitos à vista	13a	21.228	10.114
Aplicações interfinanceiras	5	230.403	91.242	Depósitos interfinanceiros	13a	54.719	43.055
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	6	53.625	107.060	Depósitos a prazo	13a	323.521	207.740
Relações interfinanceiras		237	165	Obrigações por operações		1.765	
Operações de crédito	8	765.897	576.059	Recursos de aceites e emissão de títulos	13b	648.178	454.809
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	8	(66.119)	(37.020)	Obrigações por empréstimos e repasse	14	1.348	1.103
Operações de crédito vinculadas	8	14.304	95.418	Obrigações, operações, vendas e transferências	15	13.865	87.089
Provisão para créditos de liquidação duvidosa vinculados	8	(1.042)	(2.457)	Outras obrigações	16	103.586	100.023
Outros créditos	9	39.161	14.306				
Outros valores e bens	10	21.396	12.493	Total do passivo circulante		1.168.210	903.933
Despesas antecipadas	11	17.138	31.462				
Total do ativo circulante		1.075.575	892.127	Não circulante			
				Exigível a longo prazo			
Não circulante				Depósitos a prazo	13a	712.651	533.943
Realizável a longo prazo				Recursos de aceites e emissão de títulos	13b	260.705	58.650
Aplicações interfinanceiras	5	383	1.057	Obrigações por empréstimos e repasse	14	37.893	29.763
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	6	63.324	76.453	Obrigações - Operações, vendas e transferências	15	12.520	17.442
Operações de crédito	8	1.323.817	808.531	Outras obrigações	16	3.066	682
Operações de crédito vinculadas	8	12.958	17.442	Total do exigível a longo prazo		1.026.835	640.480
Outros créditos	9	12.150	15.933				
Outros valores e bens	10	520	474	Patrimônio líquido			
Despesas antecipadas	11	24.885	25.787	Capital social		281.245	269.845
Total do realizável a longo prazo		1.438.037	945.677	Reserva de lucros		48.663	35.439
				(-) Ajuste valor de mercado		(118)	(107)
Permanente				(-) Ações em tesouraria		(1.358)	
Investimentos	12	4.743	4.111	Total do patrimônio líquido	19	328.432	305.177
Imobilizado de uso		5.122	5.279				
Intangível			2.396	Total do passivo não circulante		1.355.267	945.657
Total do permanente		9.865	11.786				
Total do ativo não circulante		1.447.902	957.463	Total do passivo		2.523.477	1.849.590
Total do ativo		2.523.477	1.849.590				

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Banco Intermedium S.A.

Demonstrações de resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 e semestre findo em 31 de dezembro de 2015

(Em milhares de Reais)

		<u>Semestre</u>	<u>Exercícios</u>	
	Nota	2015	2015	2014
Receitas da intermediação financeira				
Operações de crédito		201.906	358.814	220.659
Resultado com aplicações interfinanceiras		15.242	26.809	12.943
Resultado com títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos		13.972	36.676	36.210
Operações de vendas de transferência de ativos financeiros		5.997	16.224	22.217
		237.117	438.523	292.029
Despesas da intermediação financeira				
Operações de captação no mercado		(127.225)	(218.724)	(128.073)
Obrigações - Empréstimos e repasses		(1.571)	(2.114)	(1.167)
Provisão para crédito de liquidação duvidosa		(29.154)	(58.188)	(44.013)
Operações de vendas de transferência de ativos financeiros		(6.878)	(16.523)	(23.060)
		(164.828)	(295.549)	(196.313)
Resultado bruto da intermediação financeira		72.289	142.974	95.716
Outras receitas (despesas) operacionais				
Rendas de prestação de serviços		7.460	13.204	10.633
Despesas de pessoal		(30.901)	(57.612)	(41.780)
Outras despesas administrativas	21	(26.049)	(49.469)	(48.423)
Despesas tributárias		(7.685)	(15.903)	(4.273)
Resultado de participações em controladas	12	1.147	631	825
Outras receitas operacionais	22	10.252	17.863	22.975
Outras despesas operacionais	23	(9.392)	(14.957)	(7.257)
		(55.168)	(106.243)	(67.300)
Resultado operacional		17.121	36.731	28.416
Resultado não operacional		(1.777)	(709)	(2.452)
Resultado antes da tributação sobre o lucro		15.344	36.022	25.964
Imposto de renda e contribuição social	18	688	(4.047)	(3.801)
Resultado do semestre/exercícios		16.032	31.975	22.163
Resultado por ação - R\$		1,35	2,70	1,87

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Banco Intermedium S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 e semestre findo em 31 de dezembro de 2015

(Em milhares de Reais)

	<u>Reserva de lucros</u>						Total
	Capital social	Ações em tesouraria	Reserva legal	Reserva de retenção de lucros	Ajuste de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	
Saldos em 30 de junho de 2015	277.480		5.392	37.130	(115)		319.887
Resultado do semestre	-	-	-	-	-	16.032	16.032
Destinações propostas:							
Constituição de reserva legal	-	-	802	-	-	(802)	-
Constituição de reserva de lucros a distribuir	-	-	-	5.339	-	(5.339)	-
Dividendos e juros sobre o capital próprio (R\$ 0,75 por ação)	3.765	-	-	-	-	(9.891)	(6.126)
Ações em tesouraria	-	(1.358)	-	-	-	-	(1.358)
Ajuste valor de mercado	-	-	-	-	(3)	-	(3)
Saldos em 31 de dezembro de 2015	281.245	(1.358)	6.194	42.469	(118)		328.432
Saldos em 31 de dezembro de 2013	261.534	(63)	3.487	23.064	(20)		288.002
Aumento de capital	52	-	-	-	-	-	52
Resultado do exercício	-	-	-	-	-	22.163	22.163
Destinações propostas:							
Constituição de reserva legal	-	-	1.108	-	-	(1.108)	-
Constituição de reserva de lucros a distribuir	-	-	-	7.780	-	(7.780)	-
Dividendos e juros sobre o capital próprio (R\$ 0,66 por ação)	8.259	-	-	-	-	(13.275)	(5.016)
Ações em tesouraria	-	63	-	-	-	-	63
Ajuste valor de mercado	-	-	-	-	(87)	-	(87)
Saldos em 31 de dezembro de 2014	269.845		4.595	30.844	(107)		305.177
Saldos em 31 de dezembro de 2014	269.845		4.595	30.844	(107)		305.177
Aumento de capital	104						104
Resultado do exercício						31.975	31.975
Destinações propostas:							
Constituição de reserva legal			1.599			(1.599)	
Constituição de reserva de lucros a distribuir				11.625		(11.625)	
Dividendos e juros sobre o capital próprio (R\$ 1,50 por ação)	11.296					(18.751)	(7.455)
Ações em tesouraria		(1.358)					(1.358)
Ajuste valor de mercado					(11)		(11)
Saldos em 31 de dezembro de 2015	281.245	(1.358)	6.194	42.469	(118)		328.432

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Banco Intermedium S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 e semestre findo em 31 de dezembro de 2015

(Em milhares de Reais)

	Semestre	Exercícios	
	2015	2015	2014
Elaborada pelo método indireto			
Atividades operacionais			
Resultado do semestre/exercícios	16.032	31.975	22.163
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	29.154	58.188	44.013
Provisão para créditos tributários	(7.592)	(9.583)	1.229
(Reversões)/provisões cíveis, trabalhistas e fiscais	3.628	5.557	2.189
Resultado de participações em coligadas e controladas	(1.147)	(631)	(825)
Resultado com transferência de ações <i>stok option</i>			63
Depreciações e amortizações	1.494	3.328	1.712
Varição de ativos e obrigações			
Redução de aplicações interfinanceiras de liquidez	641	1.414	8.681
Redução (aumento) de títulos e valores mobiliários	13.971	90.653	(1.344)
Aumento (redução) de relações interfinanceiras	1.333	(72)	218
Aumento de operações de crédito	(370.714)	(650.031)	(430.768)
Redução (aumento) de outros créditos	(3.690)	(11.489)	1.924
Redução (aumento) de outros valores e bens	(4.438)	8.448	(8.592)
Aumento de depósitos	131.555	317.268	197.326
Aumento de recursos de aceites e emissão de títulos	227.606	395.424	151.445
(Redução) aumento de obrigações por empréstimos e repasses	(458)	8.376	26.916
Aumento de obrigações por operações	1.765	1.765	-
Aumento de obrigações, operações, vendas e transferências	(37.050)	(76.875)	(28.356)
(Redução) aumento de outras obrigações	(9.103)	(8.512)	44.885
Caixa líquido aplicado em atividades operacionais	(7.013)	165.203	32.879
Atividades de investimentos			
Aquisição de imobilizado de uso	(1.127)	(2.150)	(1.965)
Aquisição de intangível	687	1.374	188
Recebimento de dividendos			879
Caixa líquido aplicado em atividades de investimentos	(440)	(776)	(898)
Atividades de financiamentos			
Aumento de capital		104	52
Recompra de ações da tesouraria	(1.358)	(1.358)	
Juros sobre o capital próprio pagos	(666)	(1.995)	(996)
Caixa líquido proveniente de atividades de financiamentos	(2.024)	(3.249)	(944)
Aumento (redução) das disponibilidades	(9.477)	161.178	31.037
Disponibilidades no início do semestre/exercícios	263.742	93.087	62.050
Disponibilidades no fim do semestre/exercícios	254.265	254.265	93.087
Aumento (redução) das disponibilidades	(9.477)	161.178	31.037

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Banco Intermedium S.A.

Demonstrações do valor adicionado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 e semestre findo em 31 de dezembro de 2015

(Em milhares de Reais)

	<u>Semestre</u>	<u>Exercícios</u>	
	2015	2015	2014
1. Receitas	247.489	459.060	311.889
1.1 Intermediação financeira	271.058	500.932	343.849
1.2 Prestação de serviços	7.460	13.204	10.633
1.3 Operações de vendas de transf. de ativos financeiros	(881)	(299)	(12.391)
1.4 Obrigações por empréstimos e repasses	(1.571)	(2.114)	(1.167)
1.5 Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(29.154)	(58.188)	(44.013)
1.6 Outras receitas operacionais	2.354	6.234	17.430
1.7 Não operacionais	(1.777)	(709)	(2.452)
2. Despesas da intermediação financeira	127.225	218.724	128.073
3. Materiais e serviços adquiridos de terceiros	63.593	123.302	106.796
3.1 Materiais, energias e outros	21.001	39.066	35.982
3.2 Serviços de terceiros	42.592	84.236	70.814
4. Valor adicionado bruto (1-2-3)	56.671	117.034	77.020
5. Retenções	(1.494)	(3.328)	(1.712)
5.1 Depreciações e amortizações	(1.494)	(3.328)	(1.712)
6. Valor adicionado líquido produzido pelo Banco (4+5)	55.177	113.706	75.308
7. Valor adicionado recebido em transferência	1.147	631	825
7.1 Resultado de equivalência patrimonial	1.147	631	825
8. Valor adicionado a distribuir (6+7)	56.324	114.337	76.133
9. Distribuição do valor adicionado	56.324	114.337	76.133
9.1 Pessoal e encargos	30.902	57.613	41.781
9.2 Impostos, contribuições e taxas	6.997	19.950	8.073
9.3 Aluguéis	2.393	4.799	4.116
9.4 Juros sobre capital próprio	8.860	17.720	10.249
9.5 Dividendos propostos no semestre/exercícios	1.031	1.031	3.026
9.6 Lucros retidos no semestre/exercícios	6.141	13.224	8.888

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1 Contexto operacional

O Banco Intermedium S.A. iniciou suas atividades em fevereiro de 1995, tendo como objetivo principal as operações de crédito e os serviços permitidos pelo Banco Central do Brasil, podendo, nos termos da legislação aplicável, participar de outras sociedades. Por meio de suas controladas, o Banco atua nas áreas de consultoria de mercado financeiro e de capitais, prestação de serviços de cobrança, informações cadastrais a pessoas físicas e jurídicas, prestação de serviços de informática e desenvolvimento de *software*, corretagem e agenciamento.

O Banco atua com foco nos produtos de Crédito Imobiliário, Crédito Pessoal e Crédito para Empresas. A carteira de captações de recursos é composta por portfólio diversificado de produtos de investimentos e conta com as linhas de Captação Cédula de Crédito Bancário (CDB), Letra de Crédito Imobiliário (LCI), Letra de Crédito Agronegócio (LCA), Letra Financeira (LF) e Crédito Imobiliário (CRI).

Em 16 de novembro de 2015, o Banco recebeu autorização para operar com câmbio, sendo a previsão para início das operações no primeiro semestre de 2016, após homologação operacional no Banco Central do Brasil.

2 Apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, que consideram as diretrizes contábeis emanadas da Lei nº 6.404/76 e alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, para a contabilização das operações, associadas às normas e às instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Bacen, no que for aplicável.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria Executiva na ata de Reunião da Diretoria de 19 de janeiro de 2016.

Em aderência ao processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, algumas normas e suas interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), as quais serão aplicáveis às instituições financeiras quando aprovadas pelo Banco Central do Brasil.

Nesse sentido, os pronunciamentos contábeis já aprovados pelo Banco Central do Brasil são:

- **Resolução nº 3.566/2008** - CPC 01 (R1) - Redução ao valor recuperável de ativos
- **Resolução nº 3.604/2008** - CPC 03 (R2) - Demonstração dos fluxos de caixa
- **Resolução nº 3.750/2009** - CPC 05 (R1) - Divulgação sobre partes relacionadas
- **Resolução nº 3.823/2009** - CPC 25 - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes.
- **Resolução nº 3.873/2011** - CPC 24 - Eventos subsequentes

- **Resolução nº 3.989/2011** - CPC 10 (R1) - Pagamento baseado em ações.
- **Resolução nº 4.007/2011** - CPC 23 - Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro.
- **Resolução nº 4.144/2012** - CPC 00 - Pronunciamento Conceitual Básico (R1).

Em 25 de junho de 2015, o Conselho Monetário Nacional determinou que, a partir de 1º de janeiro de 2016, as instituições financeiras devem observar o Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1) - Benefícios a Empregados (CPC 33). Na avaliação da Administração, a adoção do referido pronunciamento não trará impacto nas demonstrações financeiras emitidas a partir de 1º de janeiro de 2016, exceto quanto às divulgações mínimas requeridas pelo referido CPC.

Atualmente, não é possível estimar quando o Bacen irá aprovar os demais pronunciamentos contábeis do CPC, tampouco se a utilização destes será de forma prospectiva ou retrospectiva. Com isso, ainda não é possível estimar os impactos contábeis da utilização desses pronunciamentos nas demonstrações financeiras do Banco Intermedium.

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Instituição. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas do CPC, quando aplicável para a Instituição, exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

As contas que envolvem estimativas e julgamentos são: títulos e valores mobiliários (Nota Explicativa nº 6), operações de crédito (Nota Explicativa nº 8) e provisão para contingências (Nota Explicativa nº 20).

3 Principais práticas contábeis adotadas

a. Apuração de resultado

O resultado é apurado pelo regime contábil de competência de exercícios, sendo ajustado pela parcela atribuível de imposto de renda e contribuição social incidente sobre os lucros tributáveis e, quando aplicável, pelo imposto de renda e pela contribuição social diferidos, que serão recuperados ou exigidos em exercícios seguintes.

b. Disponibilidades e aplicações financeiras

Caixa e equivalentes de caixa, conforme a Resolução CMN nº 3.604/08, incluem caixa, depósitos bancários e investimentos de curto prazo de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valor e limites e com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias, contados da data da contratação.

c. Operações ativas e passivas

As operações ativas (circulante e realizável a longo prazo) são demonstradas pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidos até a data do balanço (em base *pro rata* dia).

As operações passivas (circulante e exigível a longo prazo) referem-se a passivos conhecidos e calculáveis, acrescidos dos encargos e das variações monetárias incorridos até a data do balanço (em base *pro rata* dia).

d. Provisão para perdas com operações de crédito

É constituída com base na Resolução CMN nº 2.682/1999, analisando os riscos de realização dos créditos em montante considerado suficiente para a cobertura de eventuais perdas.

e. Aplicações interfinanceiras de liquidez e títulos e valores mobiliários

São registrados pelo montante aplicado, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço, ajustados ao valor de mercado, quando aplicável.

A Circular Bacen nº 3.068/01 e regulamentação complementar alterou a classificação dos títulos e valores mobiliários criando três categorias específicas, atendendo aos seguintes critérios de contabilização:

- **Títulos para negociação** - Incluem os títulos e valores mobiliários adquiridos com o objetivo de serem negociados frequentemente e de forma ativa, sendo contabilizados pelo valor de mercado. Os ganhos e as perdas realizados e não realizados sobre esses títulos são reconhecidos na demonstração do resultado.
- **Títulos disponíveis para venda** - Incluem os títulos e valores mobiliários contabilizados pelo valor de mercado, sendo os seus rendimentos intrínsecos reconhecidos na demonstração do resultado e os ganhos e as perdas decorrentes das variações do valor de mercado, ainda não realizados, reconhecidos em conta específica do patrimônio líquido (Ajuste a valor de mercado - Títulos disponíveis para venda) até a sua realização por venda, líquidos dos correspondentes efeitos tributários, quando aplicável.
- **Títulos mantidos até o vencimento** - Os títulos e valores mobiliários, os quais a Administração possui a intenção e a capacidade financeira de manter até o vencimento, são avaliados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos oriundos em contrapartida ao resultado do período.

f. Instrumentos financeiros derivativos

De acordo com a Circular Bacen nº 3.082/02 e regulamentações posteriores, os instrumentos financeiros derivativos passaram a ser classificados de acordo com a intenção da Administração para fins ou não de proteção (*hedge*).

As operações que utilizam instrumentos financeiros derivativos efetuados por solicitação de clientes, por conta própria, ou que não atendam aos critérios de proteção estabelecidos na referida circular (principalmente derivativos utilizados para administrar a exposição global de risco) são contabilizadas pelo valor de mercado, com os ganhos e as perdas realizados e não realizados reconhecidos diretamente na demonstração do resultado. As operações que utilizam instrumentos financeiros derivativos destinados a *hedge* são classificadas como:

- **Hedge de risco de mercado:** os instrumentos financeiros assim classificados, bem como o item objeto de *hedge*, têm suas valorizações ou desvalorizações reconhecidas em contas de resultado do período.
- **Hedge de fluxo de caixa:** para os instrumentos financeiros enquadrados nesta categoria, a parcela efetiva das valorizações ou desvalorizações registra-se, líquida dos efeitos tributários, na conta Ajuste de Avaliação Patrimonial do Patrimônio Líquido. Entende-se por parcela efetiva aquela em que a variação no item objeto de *hedge*, diretamente relacionada ao risco correspondente, é compensada pela variação no instrumento financeiro utilizado para *hedge*, considerando o efeito acumulado da operação. As demais variações verificadas nesses instrumentos são reconhecidas diretamente no resultado do período.

A metodologia de marcação a mercado dos instrumentos financeiros derivativos foi estabelecida em observância aos critérios consistentes e verificáveis que levam em consideração o preço médio de negociação no dia da apuração ou, na falta deste, em modelos de precificação que traduzam o valor líquido provável de realização de acordo com as características do derivativo.

g. Investimentos

Quando há controle ou influência significativa na administração, os investimentos são avaliados pelo método de equivalência patrimonial. Na inexistência de controle ou influência significativa, os investimentos são registrados a custo de aquisição.

h. Imobilizado

Corresponde aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade, inclusive os decorrentes de operações que transfiram os riscos, os benefícios e o controle dos bens para a entidade.

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (*impairment*). As depreciações são calculadas pelo método linear, observando-se as seguintes taxas anuais: móveis e equipamentos de uso e sistema de comunicação, 10%, e sistema de processamento de dados, 20%.

i. Redução do valor recuperável de ativos - *Impairment*

Os ativos financeiros e não financeiros são avaliados para verificar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido uma perda no seu valor contábil.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, indicações de processo de falência ou mesmo um declínio significativo ou prolongado do valor do ativo.

Uma perda por redução ao valor recuperável (*impairment*) de um ativo financeiro ou não financeiro é reconhecida no resultado do período se o valor contábil do ativo ou da unidade geradora de caixa exceder o seu valor recuperável.

Anualmente, sempre na mesma época, o Banco avalia se há indicativo de desvalorização de um ativo.

Se houver evidência de perda, o valor recuperável do ativo é estimado e comparado com o valor contábil. O valor recuperável refere-se ao maior entre o valor justo menos custos de venda e o seu valor em uso.

j. Provisão para imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 15% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos reconhecidos no resultado.

(i) Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas à sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

Os ativos e os passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

(ii) Despesas de imposto de renda e contribuição social diferido

Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida. O imposto diferido não é reconhecido para:

- Diferenças temporárias que não afetem nem o lucro ou prejuízo tributável nem o resultado contábil.
- Diferenças temporárias relacionadas a investimentos em controladas, coligadas e empreendimentos sob controle conjunto, na extensão que o Banco seja capaz de controlar o momento da reversão da diferença temporária e seja provável que a diferença temporária não será revertida em futuro previsível.
- Diferenças temporárias tributáveis decorrentes do reconhecimento inicial de ágio.

Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e às diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço.

A mensuração dos ativos e dos passivos fiscais diferidos reflete as consequências tributárias decorrentes da maneira sob a qual o Banco espera recuperar ou liquidar seus ativos e passivos.

Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

k. Despesas antecipadas

A apropriação ao resultado das parcelas de despesas com comissão sobre operações de crédito de correspondentes é efetuada de acordo com as disposições da Resolução nº 4.294 do Conselho Monetário Nacional.

l. Ativos e passivos contingentes

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e dos passivos contingentes e obrigações legais são efetuados de acordo com a Resolução CMN nº 3.823/2009, conforme critérios, a saber:

- **Ativos contingentes:** não são reconhecidos, exceto quando da existência de evidências suficientes que assegurem elevado grau de confiabilidade de realização, usualmente representado pelo trânsito em julgado da ação e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro exigível.
- **Passivos contingentes (quando aplicável):** decorrem, basicamente, de processos judiciais e administrativos, inerentes ao curso normal dos negócios, movidos por terceiros, ex-funcionários e órgãos públicos, em ações cíveis, trabalhistas, de natureza fiscal e outros riscos. Essas contingências são avaliadas por assessores legais e levam em consideração a probabilidade de que recursos financeiros sejam exigidos para liquidar as obrigações e de que o montante das obrigações possa ser estimado com suficiente segurança.

As contingências são classificadas como: (a) prováveis, para as quais são constituídas provisões; (b) possíveis, que somente são divulgadas sem que sejam provisionadas; e (c) remotas, que não requerem provisão e divulgação. Os valores das contingências são quantificados utilizando-se modelos e critérios que permitam a sua mensuração de forma adequada, apesar da incerteza inerente ao prazo e ao valor.

m. Eventos subsequentes

Evento subsequente ao período a que se referem as demonstrações financeiras é aquele evento, favorável ou desfavorável, que ocorre entre a data final do período a que se referem as demonstrações financeiras e a data na qual é autorizada a emissão dessas demonstrações. Dois tipos de eventos podem ser identificados:

- Os que evidenciam condições que já existiam na data final do período a que se referem as demonstrações financeiras (evento subsequente ao período contábil a que se referem as demonstrações que originam ajustes).
- Os que são indicadores de condições que surgiram subsequentemente ao período contábil a que se referem as demonstrações financeiras (evento subsequente ao período contábil a que se referem as demonstrações que não originam ajustes).

Não houve eventos subsequentes que ocasionaram ajustes ou divulgações para as demonstrações financeiras encerradas em 31 de dezembro de 2015.

n. Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro

O Pronunciamento Contábil CPC 23 tem o objetivo de definir os critérios para a seleção e a mudança de políticas contábeis com o tratamento contábil e a divulgação das mudanças nas políticas e nas estimativas e a retificação de erro. O pronunciamento visa, ainda, a melhorar a relevância e a confiabilidade das demonstrações financeiras do Banco Intermedium, bem como a permitir sua comparabilidade ao longo do tempo com as demonstrações de outras entidades.

o. Demonstração do Valor Adicionado (DVA)

O Banco Intermedium S.A. elaborou, de forma espontânea, a demonstração do valor adicionado (DVA) individual nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, a qual é apresentada como parte integrante das demonstrações financeiras.

4 Caixa e equivalentes de caixa

	2015	2014
Disponibilidades	575	3.399
Títulos e valores mobiliários* (90 dias), vide Nota 6	24.008	
Aplicações interfinanceiras de liquidez* (90 dias), vide Nota 5	229.682	89.688
	<hr/>	<hr/>
Total de caixa e equivalentes de caixa	254.265	93.087

(*) Referem-se a operações cujo vencimento, na data da efetiva aplicação, foi igual ou inferior a 90 dias e apresente risco insignificante de mudança de valor justo.

5 Aplicações interfinanceiras

	2015	2014
Aplicações em operações compromissadas		
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	2.002	
Letras do Tesouro Nacional (LTN)	60.310	89.499
Nota do Tesouro Nacional (NTN)	166.999	
Aplicações em depósitos interfinanceiros		
CDI - Banco do Brasil S.A.	1.475	2.800
CDI - Bancoob		
Total	230.786	92.299
Circulante	230.403	91.242
Não circulante	383	1.057

O vencimento dos papéis está demonstrado abaixo:

2015						
Papel	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Acima de 5 anos	Total
Aplicações em CDI	371	721	383			1.475
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	2.002					2.002
Letras do Tesouro Nacional (LTN)	60.310					60.310
Nota do Tesouro Nacional (NTN)	166.999					166.999
Total	229.682	721	383			230.786
2014						
Papel	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Acima de 5 anos	Total
Aplicações em CDI	189	1.554	1.057			2.800
Letras do Tesouro Nacional (LTN)	89.499					89.499
Total	89.688	1.554	1.057			92.299

6 Títulos e Valores Mobiliários

São representados por Títulos Públicos Federais (LFTs) e também pelos valores atualizados das cotas de Securitização de Créditos Imobiliários, constituídas pela cessão sem coobrigação de carteiras de créditos imobiliários do Banco. No exercício de 2014, os títulos e valores mobiliários incluíam cotas subordinadas do FIDC Intermedium Créditos Consignados II, encerrado no primeiro semestre de 2015.

Os títulos e valores mobiliários podem ser apresentados como segue:

- Classificação por tipo de papel e vencimento

2015							
	Até 3	De 3 a 12	De 1 a 3	De 3 a 5	Acima de	Valor de	Custo de
Papel	meses	meses	anos	anos	5 anos	mercado/ contábil	aquisição atualizado
Disponível para venda		29.617	12.810	38.163	7.663	88.253	88.253
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)		29.617	12.810	38.163	7.663	88.253	88.253
Títulos mantidos até o vencimento (*)	24.008		4.688			28.696	28.696
Cotas de fundo de investimento	24.008		4.688			28.696	28.696
Total	24.008	29.617	17.498	38.163	7.663	116.949	116.949
					Total do circulante	53.625	
					Total do não circulante	63.324	

2014							
	Até 3	De 3 a 12	De 1 a 3	De 3 a 5	Acima de	Valor de	Custo de
Papel	meses	meses	anos	anos	5 anos	mercado/ contábil	aquisição atualizado
Disponível para venda	26.148	16.344	37.460	33.693		113.645	113.645
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	26.148	16.344	37.460	33.693		113.645	113.645
Títulos mantidos até o vencimento (*)	31.554	33.014	5.300			69.868	69.868
Cotas de fundo de investimento	31.554					31.554	31.554
Cotas de fundo de investimento (FIDC)		33.014				33.014	33.014
BZS - Securitização (a)			5.300			5.300	5.300
Total	57.702	49.358	42.760	33.693		183.513	183.513
					Total do circulante	107.060	
					Total do não circulante	76.453	

(*) Em função do enquadramento da Instituição à Circular nº 3.068/01, são classificados como “mantidos até o vencimento”.

(a) Securitização da carteira de Crédito Imobiliário

O Banco Intermedium, dando continuidade à estratégia de sustentabilidade no segmento de Crédito Imobiliário, realizou no primeiro trimestre de 2013 a primeira emissão de Certificado de Recebíveis Imobiliários (CRIs), composta por créditos pulverizados, avaliados pela agência de risco Fitch Ratings com nota A+, totalizando o valor de R\$ 22,2 milhões.

No terceiro trimestre de 2013, realizou a segunda emissão, no valor de R\$ 17,1 milhões, avaliada pela agência de risco Standard & Poor's com nota AA.

O coordenador-líder dessas securitizações é o Banco Votorantim, a securitizadora é a Brazilian Securities e o custodiante a Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Imobiliários S.A. Os Certificados de Recebíveis Imobiliários (CRI) foram emitidos com prazo de duração de oito anos.

No caso das cotas de classe sênior da securitização a taxa de retorno prevista como benchmark é de IGP-M + 6% a.a. para a primeira emissão e IGP-M + 6,80% a.a. para a segunda. As cotas subordinadas têm seu valor de rendimento obtido pela diferença entre o saldo das cotas de classe sênior e a valorização total.

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 8 (e), as operações de crédito vinculadas à securitização perfazem o montante de R\$ 16.724 em 31 de dezembro de 2015 (2014: R\$ 23.836), e o valor das cotas detidas pelo Banco é de R\$ 4.688 (2014: R\$ 5.300).

As informações sobre a mensuração do valor justo estão incluídas na Nota Explicativa nº 7, e as informações sobre a exposição do Banco a riscos de mercado e de crédito estão incluídas na Nota Explicativa nº 23.

a. Denominação, natureza, propósito e atividades desenvolvidas pelo FIDC

O Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Intermedium Créditos Consignados I (FIDC I) era administrado pela UBS Pactual Serviços Financeiros S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários. O FIDC I foi constituído em 30 de abril de 2007, sob a forma de condomínio fechado, e foi encerrado em maio de 2014.

Em 7 de novembro de 2011, foi constituído o Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Intermedium Créditos Consignados II (FIDC II), administrado pela Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Imobiliários S.A. com prazo de duração de quatro anos. Seu encerramento ocorreu em março de 2015. Em 31 de dezembro de 2014, os saldos das cotas subordinadas emitidas pelos fundos de propriedade do Banco Intermedium S.A. era de R\$ 33.014.

b. Montante e natureza dos créditos, obrigações, receitas e despesas entre o Banco Intermedium S.A. e o FIDC, ativos transferidos pelo Banco Intermedium S.A. e direitos de uso sobre ativos do FIDC

Neste exercício, os resultados de operações já existentes com o fundo foram reconhecidos da seguinte forma: (a) receita de operações de vendas e transferência de ativos financeiros do fundo, no valor de R\$ 1.952, e (b) despesas de vendas e transferência de ativos financeiros, no valor de R\$ 864.

Adicionalmente, por conta da manutenção de aplicação em cotas subordinadas no fundo, o Banco reconheceu contabilmente, no exercício findo em 31 de dezembro de 2015, receita de R\$ 9.323 (2014: R\$ 15.034), na rubrica “Rendas de títulos e valores mobiliários”.

No exercício de 2015, não foram cedidas novas operações de crédito ao fundo (2014: R\$ 40.791).

c. Avais, fianças, hipotecas ou outras garantias concedidas em favor do FIDC II

O Banco Intermedium S.A. não ofereceu nenhum tipo de aval, fiança, hipoteca ou outras garantias em favor do FIDC ou de seus investidores.

7 Instrumentos financeiros e derivativos

O Banco Intermedium participa de operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos, registrados em contas patrimoniais e de compensação, que se destinam a atender às necessidades próprias para administrar sua exposição global. Essas operações envolvem derivativos de futuros operações de *swap*, e a política de gestão de riscos é fundamentada na utilização de instrumentos financeiros derivativos com o objetivo, predominantemente, de mitigar os riscos decorrentes das operações efetuadas pelo Banco.

Os títulos e valores mobiliários classificados na categoria disponível para venda, bem como os instrumentos financeiros derivativos, são demonstrados no balanço patrimonial pelo seu valor justo estimado. O valor justo, geralmente, baseia-se em cotações de preços de mercado ou em cotações de preços de mercado para ativos ou passivos com características semelhantes. Se esses preços de mercado não estiverem disponíveis, os valores justos são baseados em cotações

de operadores de mercado, modelos de precificação, fluxo de caixa descontado ou técnicas similares, para as quais a determinação do valor justo pode exigir julgamento ou estimativa significativa por parte da Administração.

Para instrumentos financeiros derivativos, cotações de preço de mercado são usadas para determinar o valor justo destes instrumentos. O valor justo dos contratos de futuros é determinado com base em cotações de preços de mercado para derivativos negociados em bolsa.

Os instrumentos financeiros derivativos no Brasil referem-se, substancialmente, a operações de *swaps* e futuros, sendo registradas na Câmara de Custódia e Liquidação (CETIP) e na BM&FBOVESPA.

As operações envolvendo contratos futuros de índices e moedas são efetuadas pela Administração, no sentido de proteção das exposições globais do Banco, e nas operações para atendimento das necessidades dos clientes do Banco Intermedium.

Os contratos de juros futuros e opções não possuem desembolso financeiro no valor contratado, na data de sua realização. Neste caso, sua contabilização é feita pelo valor de ajuste diário, que é calculado com base no valor *notional* atualizado (valor presente do contrato à taxa de mercado), no caso dos contratos de juros futuros e o valor do prêmio pago, em se tratando das opções. Os ajustes são contabilizados como receita, se positivo, e despesa, se negativo. Já o prêmio é diferido pelo prazo das opções e contabilizado como despesa.

Em 31 de dezembro de 2014, o Banco possuía contratos futuros com compromisso de recompra (*notional*), registrados em contas patrimoniais e de compensação no valor de R\$ 128.873 (valor líquido de R\$ 131.692). No exercício de 2015, estas operações foram totalmente liquidadas.

I Tipos de margem oferecida em garantia para instrumentos financeiros derivativos representados, basicamente, por contratos futuros

Em 31 de dezembro de 2015, as garantias para os instrumentos financeiros derivativos representados por contratos futuros foram Letras Financeiras do Tesouro e perfazem o montante de R\$ 11.618 (2014: R\$ 15.857).

II Valores das receitas e das despesas líquidas

O valor das receitas líquidas reconhecidas nos contratos futuros no exercício findo em 31 de dezembro de 2015 foi de R\$ 6.516 mil (2014: R\$ 1.495).

8 Operações de crédito e provisão para perdas com operações de crédito

O Banco Central do Brasil, por meio da Resolução CMN nº 2.682/99, introduziu critérios para a classificação de direitos creditórios oriundos de operações de crédito, definindo regras que entraram em vigor a partir de março de 2.000, para a constituição de provisão para os créditos de liquidação duvidosa e para a divulgação de dados referentes à carteira, a saber:

a. Composição da carteira, por tipo de cliente e por atividade econômica

	2015	% carteira	2014	% carteira
Pessoa jurídica	273.071	12,76%	267.941	17,78%
Financiamentos imobiliários	645.438	30,16%	344.744	22,88%
Empréstimos imobiliários	324.571	15,17%	222.432	14,76%
Pessoa física	<u>873.896</u>	40,84%	<u>662.333</u>	43,94%
Total de operações de crédito	<u>2.116.976</u>		<u>1.497.450</u>	
Total de operações de crédito (circulante)	765.897		576.059	
Total de operações de crédito vinculadas (circulante)	<u>14.304</u>		<u>95.418</u>	
Total do circulante	780.201		671.477	
Total de operações de crédito (não circulante)	1.323.817		808.531	
Total de operações de crédito vinculadas (não circulante)	<u>12.958</u>		<u>17.442</u>	
Total do não circulante	1.336.775		825.973	
Outros créditos com característica de concessão de crédito				
- Circulante (Nota 9)	11.585	0,54%	1.499	0,10%
Outros créditos com característica de concessão de crédito				
- Não Circulante (Nota 9)	11.413	0,53%	8.075	0,54%
Total de operações de crédito e outros créditos com característica de concessão de crédito	<u>2.139.974</u>	100%	<u>1.507.024</u>	
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(66.119)		(37.020)	
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa vinculados	(1.042)		(2.457)	
(-) Provisão para perdas com outros créditos com característica de concessão de crédito (Nota 9)	<u>(8.530)</u>		<u>(7.892)</u>	
Total	<u>2.064.283</u>		<u>1.459.655</u>	

b. Vencimento e direcionamento dos créditos

Créditos	2015				Total
	Prestações vencidas	Prestações a vencer			
		a partir de 15 dias	Até 90 dias	De 91 a 360 dias	
Setor privado					
Pessoa jurídica	20.267	127.329	92.941	32.534	273.071
Financ. imobiliários	7.676	34.904	86.118	516.740	645.438
Emprést. imobiliários	5.935	21.293	58.412	238.931	324.571
Pessoas físicas	7.533	112.559	205.234	548.570	873.896
Outros créditos	<u>586</u>	<u>1.756</u>	<u>9.243</u>	<u>11.413</u>	<u>22.998</u>
Total	<u>41.997</u>	<u>297.841</u>	<u>451.948</u>	<u>1.348.188</u>	<u>2.139.974</u>

2014					
Créditos	Prestações vencidas	Prestações a vencer			Total
	a partir de 15 dias	Até 90 dias	De 91 a 360 dias	Acima de 360 dias	
Setor privado					
Pessoa jurídica	7.792	133.319	102.175	24.655	267.941
Financ. imobiliários	4.815	17.005	58.213	264.711	344.744
Emprést. imobiliários	3.666	16.839	44.661	157.266	222.432
Pessoas físicas	7.726	83.634	191.601	379.372	662.333
Outros créditos	-	375	1.124	8.075	9.574
Total	23.999	251.172	397.774	834.079	1.507.024

c. Composição da carteira por níveis de risco (rating)

		2015		2014	
		Valor da carteira	Provisão	Valor da carteira	Provisão
AA		216.212		145.366	
A	0,50%	1.636.082	8.180	1.177.552	5.888
B	1,00%	95.903	959	67.573	676
C	3,00%	77.465	2.324	45.407	1.362
D	10,00%	28.915	2.891	20.148	2.015
E	30,00%	18.905	5.672	8.754	2.626
F	50,00%	13.509	6.755	11.726	5.863
G	70,00%	13.576	9.503	5.197	3.638
H	100,00%	39.407	39.407	25.301	25.301
Total		2.139.974	75.691	1.507.024	47.369

As operações de crédito são compostas, substancialmente, por operações ativas de capital de giro, com garantia de recebíveis, e por operações de crédito pessoal, suportadas por garantias de cheques ou de consignação em folha de pagamento e créditos imobiliários.

Durante o exercício de 2015, o total de créditos recuperados foi de R\$ 8.089 (2014: R\$ 10.485) e de créditos renegociados de R\$ 35.215 (2014: R\$ 25.066).

d. Movimentação da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa

	Semestre	Exercícios	
	2015	2015	2014
Saldo inicial	58.522	47.369	43.132
Provisão constituída	36.088	73.514	53.382
Reversão de provisão	(6.784)	(14.125)	(8.669)
Recuperação de créditos baixados	(4.722)	(8.089)	(10.485)
Baixas para prejuízo	(7.413)	(22.978)	(29.991)
Saldo final	75.691	75.691	47.369

e. Instituições financeiras

O saldo total, até 31 de dezembro de 2015, dos contratos cedidos com coobrigação, anteriores à vigência da Resolução CMN nº 3.533, é de R\$ 5.012 (2014: R\$ 14.714). Para esses valores, foi constituída provisão para créditos de liquidação duvidosa no montante de R\$ 872 (2014: R\$ 3.306).

Durante o exercício de 2015, não houve cessão de recebíveis.

f. Operações de crédito vinculadas

No exercício findo em 31 de dezembro de 2015, o Banco possui saldos de operações de cessão de créditos de operações de vendas e transferências de risco com o Banco Itaú, realizadas de acordo com a Resolução nº 3.533/08 do Banco Central do Brasil, e securitização com a Brazilian Securities, conforme abaixo demonstrado:

	2015		2014	
	Curto prazo	Longo prazo	Curto prazo	Longo prazo
FIDC			42.794	373
Cessão bancos	9.455	1.094	45.749	108
Securitização	4.849	11.864	6.875	16.961
Total	14.304	12.958	95.418	17.442

9 Outros créditos

Compreendem saldos de devedores diversos, bem como créditos tributários sobre diferenças temporárias.

	2015	2014
Circulante		
Adiantamentos a terceiros	237	106
Imposto de renda a compensar	3	3.332
Devedores diversos (a)	7.359	5.305
Créditos tributários (b)	28.466	11.955
Depósitos em garantia	41	
Outros créditos com características de cessão de crédito (Nota 8)	11.585	1.499
(-) Provisão para outros créditos (Nota 8)	(8.530)	(7.891)
Circulante	39.161	14.306
Não circulante		
Créditos tributários (b)		6.929
Depósito em garantia (c)	737	929
Outros créditos com características de cessão de crédito (Nota 8)	11.413	8.075
Não circulante	12.150	15.933

(a) Referem-se a liquidações antecipadas de operações de crédito no valor de R\$ 6.709 (2014: R\$ 3.723), recompra de operações de crédito no valor de R\$ 0 (2014: R\$ 95), retenções de saldo de cessão no valor de R\$ 639 (2014: R\$ 1.266) e outros valores R\$ 11 (2014: R\$ 221).

(b) A expectativa de realização dos créditos tributários constituídos está amparada em Orçamento Contábil preparado para o ano de 2016.

Banco Intermedium S.A.
Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2015 e 2014

Período	2015					
	Créditos diferidos		IR		CSLL	
	Valor crédito	Valor presente	Valor crédito	Valor presente	Valor crédito	Valor presente
2016	63.259	59.737	15.815	14.934	12.651	11.948
Total do circulante	63.259	59.737	15.815	14.934	12.651	11.948
Total do não circulante						
Total geral	63.259	59.737	15.815	14.934	12.651	11.948

Período	2014					
	Créditos diferidos		IR		CSLL	
	Valor crédito	Valor presente	Valor crédito	Valor presente	Valor crédito	Valor presente
2015	29.891	27.942	7.472	6.985	4.483	4.191
2016	5.798	5.083	1.450	1.271	870	762
2017	5.142	4.470	1.286	1.118	771	670
2018	6.378	5.497	1.595	1.375	957	825
Total do circulante	29.891	27.942	7.472	6.985	4.483	4.191
Total do não circulante	17.318	15.050	4.331	3.764	2.598	2.257
Total geral	47.209	42.992	11.803	10.749	7.081	6.448

Os créditos tributários vencíveis em 2015 são decorrentes de diferenças temporárias relativas às provisões sobre operações de crédito, cuja dedutibilidade ocorre após 180 dias da data de vencimento das operações. A totalidade desses créditos tem sua realização dentro do exercício social, de 2016.

Ademais, estão reconhecidos os créditos relativos às diferenças temporárias decorrentes de provisões fiscais sobre as operações com realização prevista para 2015.

O valor presente dos créditos tributários, calculado com base na taxa média de Certificados de Depósitos Interfinanceiros projetada para os períodos correspondentes (CDI de 12,01% a.a.), está descontado de R\$ 1.584, apurando-se, assim, o montante a ser realizado de R\$ 26.881 em 31 de dezembro de 2015.

Itens-base do diferimento	31/12/2015		
	Imposto de renda - PJ	Contribuição social sobre o lucro	Saldo de créditos tributários
Diferenças temporárias:			
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	56.849	56.849	25.581
Provisão sob ações cíveis	4.166	4.166	1.875
Provisão sob processos trabalhistas	1.744	1.744	785
Provisão bens não de uso próprio	500	500	225
Base de cálculo	63.259	63.259	28.466
Alíquota	25%	20%	
Crédito tributário diferido atual	15.815	12.652	
Créditos tributários - 31/12/2014	50.220	50.220	
Constituição - 2015	48.184	48.184	
Realização - 2015	(35.145)	(35.145)	
Créditos tributários - 2015	63.259	63.259	
		Circulante	28.466
		Não circulante	

- (c) Os saldos de depósitos em garantia referem-se a depósitos judiciais correspondentes: i) ao questionamento judicial da extinção da correção monetária de balanço, em conformidade com a Lei nº 9.249/95, advindo do aproveitamento (dedução) integral do saldo devedor de correção monetária no exercício de 1996 na apuração do IRPJ e da CSLL no valor de R\$ 737 (2014: R\$ 682); e ii) a valores bloqueados pelo sistema judicial do Banco Central (BACEN JUD) em contas-correntes mantidas em Instituições Financeiras de R\$ 41 (2014: R\$ 247).

10 Outros valores e bens

Os bens não de uso próprio referem-se aos imóveis recebidos em dação de pagamento de empréstimos.

A provisão para desvalorização desses imóveis é constituída com base em estimativa realizada pela Administração. A composição desses bens é a seguinte:

	2015	2014
Bens não de uso próprio	22.416	12.967
Provisão para desvalorização	(500)	
Outros valores e bens	<u>21.916</u>	<u>12.967</u>
Circulante	21.396	12.493
Não circulante	520	474

11 Despesas antecipadas

As despesas com comissões pagas aos seus correspondentes até dezembro de 2015 são diferidas conforme o prazo de recebimento dos contratos firmados com os respectivos clientes, que são classificados nesta rubrica até a realização futura das rendas pertinentes aos referidos contratos, quando serão apropriadas para o resultado. Já as comissões pagas a partir de 2015 são apropriadas ao resultado de acordo com as disposições da Resolução nº 4.294 do Conselho Monetário Nacional. O saldo dessas despesas (circulante e não circulante) representa R\$ 42.023 em 31 de dezembro de 2015 (2014: R\$ 57.249).

Demonstramos abaixo a realização das despesas antecipadas para os próximos exercícios sociais:

Ano	Valor da despesa
2016	17.138
2017	10.773
2018	7.579
2019	3.200
A partir de 2019	<u>3.333</u>
Total	<u><u>42.023</u></u>
Circulante	17.138
Não circulante	24.885

12 Investimentos

Os ajustes dos investimentos, decorrentes da avaliação pelo método de equivalência patrimonial, foram registrados em contas de resultado e podem ser assim apresentados:

	Capital social	Patrimônio líquido	Participação no capital social	Valor contábil		Resultado de equivalência	
				2015	2014	2015	2014
Empresas controladas							
Intermedium Promotora de Vendas Ltda.	30	327	99,84%	327	327	(403)	
Intermedium Serviços de Cobrança Ltda.	10		99,80%			13	
IFI Software Ltda.	10		99,80%			(5)	
Interfronting Corretora de Seguros Ltda.	9	3.944	75%	2.958	2.025	933	1.476
Intermedium DTVM Ltda.	2.000	1.458	100%	1.458	1.759	(302)	(256)
Total				4.743	4.111	631	825

As empresas Intermedium Serviços de Cobrança Ltda. e IFI Software Ltda. foram encerradas no exercício findo em 31 de dezembro de 2014 e, por isso, não apresentam saldo no exercício findo em 31 de dezembro de 2015.

13 Depósitos e recursos de aceites e emissão de títulos

a. Depósitos

	2015				2014	
	1 a 30 dias	31 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Total	Total
Depósitos à vista	21.228				21.228	10.114
Depósitos interfinanceiros	21.365	33.354			54.719	43.055
Depósitos a prazo	41.449	213.284	68.788	712.651	1.036.172	741.683
Total geral	84.042	246.638	68.788	712.651	1.112.119	794.852

As captações de DPGE perfazem o montante de R\$ 188.540 (2014: R\$ 240.643) e são remuneradas à taxa média de 109% do CDI (2014: 110%). Os demais depósitos a prazo possuem taxa média de remuneração de 106% do CDI (2014: 106%).

b. Recursos de aceites e emissão de títulos

	2015				2014	
	1 a 30 dias	31 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Total	Total
Letras de Crédito Imobiliário	46.867	321.341	275.722	260.705	904.635	503.037
Letras de Crédito Agrícola	4.060	13	175		4.248	9.998
Letras Financeiras						424
Total geral	<u>50.927</u>	<u>321.354</u>	<u>275.897</u>	<u>260.705</u>	<u>908.883</u>	<u>513.459</u>

14 Obrigações por empréstimos e repasses

Referem-se a operações de repasse de financiamentos de créditos imobiliários captados com a Caixa Econômica Federal, com taxas entre 4,5% e 6% a.a.

	2015				2014	
	1 a 30 dias	31 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Total	Total
Empréstimos e repasses	112	562	674	37.893	39.241	30.866
Total geral	112	562	674	37.893	39.241	30.866

15 Obrigações por operações de vendas e transferências

Referem-se à securitização de operações de venda e transferências de risco com a Brazilian Securities, bem como à cessão de créditos de operações de vendas e transferências de risco com o Banco Itaú, realizadas de acordo com a Resolução nº 3.533/08 do Banco Central do Brasil.

	2015		
	Circulante	Não circulante	Total
Securitização	4.544	11.570	16.114
Cessão Banco Itaú	<u>9.321</u>	<u>950</u>	<u>10.271</u>
Total	13.865	12.520	26.385

	2014		
	Circulante	Não circulante	Total
FIDCs	42.532	374	42.906
Securitização	6.866	16.960	23.826
Banco Itaú	<u>37.691</u>	<u>108</u>	<u>37.799</u>
Total	87.089	17.442	104.531

As operações de crédito vinculadas a cessões estão evidenciadas na Nota Explicativa nº 8 (e).

16 Outras obrigações

	2015	2014
Composição		
Impostos devidos	7.491	6.172
Cessões a pagar e pagamentos diversos (a)	38.843	32.108
Provisão para imposto de renda e contribuição social (b)	737	682
Provisão para dividendos	4.796	3.026
Credores por recursos a liberar (d)	48.003	52.168
Outros (c)	6.782	6.549
Total	106.652	100.705
Circulante	103.586	100.023
Não circulante	3.066	682

- (a) “Credores diversos”, no valor de R\$ 21.567 (2014: R\$ 18.700); parcelas de cessões de crédito a pagar, no montante de R\$ 1.588 (2014: R\$ 1.862); financiamentos a liberar no valor de R\$ 10.223 (2014: R\$ 8.840) e “Outros”, no valor de R\$ 5.465 (2014: R\$ 8.878), representados por fornecedores, provisões para despesas de pessoal e provisões para impostos a recolher.
- (b) Compreende o provisionamento dos efeitos do questionamento judicial da extinção da correção monetária de balanço, em conformidade com a Lei nº 9.249/95, advindo do aproveitamento (dedução) integral do saldo devedor de correção monetária no exercício de 1996 na apuração do IRPJ e da CSLL, no montante de R\$ 737 (2014: R\$ 682), cujo depósito judicial no mesmo montante está registrado no ativo realizável a longo prazo (Nota Explicativa nº 7).
- (c) Provisão para contingências relativa a diversas ações cíveis e trabalhistas no valor de R\$ 5.910 (2014: R\$ 3.243), conforme divulgado na Nota Explicativa nº 20; provisão para cessões de créditos com coobrigações no valor de R\$ 872 (2014: R\$ 3.306). Demonstramos abaixo a provisão para a carteira cedida em 31 de dezembro de 2015.

Nível	Valor presente (normal)	Valor presente provisão (a vencer)
A	3.080	15
B	676	7
C	223	6
D	107	11
E	72	22
F	75	37
G	18	13
H	761	761
Total	5.012	872

- (d) O saldo de credores por recursos a liberar é representado por valores a liberar a cliente referentes a operações de créditos imobiliários no aguardo do registro do imóvel.

17 Transações com partes relacionadas

	2015		2014	
	Ativos (passivos)	Receitas (despesas)	Ativos (passivos)	Receitas (despesas)
Controlador				
Captações (depósitos e letras)	(51)	(634)		(468)
Entidades com influência significativa				
Captações (depósitos e letras)	(193.770)	(21.764)	(144.789)	(10.309)
Controladas				
Captações (depósitos e letras)	(3.851)	(378)	(2.405)	(177)
Outras obrigações				
Pessoal-chave da Administração				
Captações (depósitos e letras)	(8.383)	(934)	(5.245)	(1.119)
Outras partes relacionadas				
FIDIC I/II - Securitização	4.687	905	38.314	(3.677)

As captações via depósitos correspondem a CDBs, LCIs, LCAs e LFs, pós-fixados. Os CDBs possuem remuneração de 95% a 116% do CDI e prazos de 3 a 50 meses. As letras possuem remuneração de 88% a 114% do CDI e prazos mínimos 6 meses.

a. Remuneração dos Administradores do Banco

A remuneração dos administradores do Banco é paga integralmente pela Controladora, sem o respectivo reembolso. O Banco não tem como prática efetuar pagamentos com base em ações deste para os acionistas e os seus administradores.

A remuneração dos administradores do Banco Intermedium para o exercício de 2015 é de, aproximadamente, R\$ 6.389 (2014: R\$ 4.000) *ad referendum* à Assembleia Geral Ordinária de 2016.

Conforme demonstrado na Nota Explicativa nº 19 (d), do lucro do exercício findo em 31 de dezembro de 2015, foram propostos dividendos e juros sobre o capital próprio aos acionistas, no montante de R\$ 18.750, dos quais R\$ 11.296 foram destinados para aumento de capital.

18 Imposto de renda e contribuição social

O Banco constituiu provisões temporariamente indedutíveis no montante aproximado de R\$ 56.849 (2014: R\$ 30.836), sobre as quais constituiu créditos diferidos relativos a imposto de renda e contribuição social, cujo valor, em 31 de dezembro de 2015, perfazia um montante de R\$ 25.582 (2014: R\$ 12.334).

O Banco mantém um saldo de crédito tributário de R\$ 6.410 (2014: R\$ 6.549), relativo à provisão para danos morais e trabalhistas no valor de R\$ 5.910 (2014: R\$ 1.297), prejuízo fiscal no valor de R\$ 0 (2014: R\$ 5.252) e provisão para desvalorização de bens não de uso próprio no valor de R\$ 500 (2014: R\$ 0).

A Administração, com base na Resolução nº 3.059, de 20 de dezembro de 2002, do Banco Central do Brasil, entende que serão produzidos resultados suficientes para a absorção de tal crédito, conforme detalhamento apresentado na Nota Explicativa nº 9 (b).

	Semestre		2015		2014	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	15.344	15.344	36.022	36.022	25.964	25.964
Adições (exclusões) líquidas:						
Juros sobre capital próprio	(8.860)	(8.860)	(17.720)	(17.720)	(13.275)	(13.275)
Equivalência patrimonial	(1.147)	(1.147)	(631)	(631)	(825)	(825)
PCLD, líquida	14.739	14.739	26.537	26.537	(3.819)	(3.819)
Prejuízo fiscal	(6.754)	(6.754)	(13.129)	(13.129)		
Outras, líquidas	2.439	2.439	2.739	2.739	(1.405)	(1.405)
	<u>15.761</u>	<u>15.761</u>	<u>33.818</u>	<u>33.818</u>		
Base de cálculo					6.640	6.640
Alíquota efetiva (15%)	2.264	3.112	5.072	5.677	996	996
Alíquota adicional (10%)	1.528		2.880		581	
IRPJ e CSLL diferidos	<u>(2.768)</u>	<u>(4.824)</u>	<u>(4.012)</u>	<u>(5.570)</u>	<u>776</u>	<u>452</u>
Despesa de imposto de renda e contribuição social	<u>1.024</u>	<u>(1.712)</u>	<u>3.940</u>	<u>107</u>	<u>2.353</u>	<u>1.448</u>

Os recolhimentos por estimativa de imposto de renda e contribuição social foram, respectivamente, R\$ 6.825 e R\$ 4.635 (em 2014: R\$ 2.013 e R\$ 1.266, respectivamente).

19 Patrimônio líquido

a. Capital social

O capital social, totalmente subscrito e integralizado, é composto por 11.850.994 ações nominativas, sendo 6.030.415 ordinárias e 5.820.579 preferenciais, todas sem valor nominal.

Em 28 de fevereiro de 2015, foi aprovado pela Assembleia Geral Extraordinária o aumento do capital social no valor de R\$ 104, passando de R\$ 269.845 para R\$ 269.949, em espécie com emissão de ações. O aumento foi aprovado no Banco Central do Brasil em 17 de março de 2015.

Em 30 de junho de 2015, foi aprovado pela Assembleia Geral Extraordinária o aumento do capital social no valor de R\$ 7.531, passando de R\$ 269.949 para R\$ 277.480, com utilização de juros sobre o capital próprio. O aumento foi aprovado no Banco Central do Brasil em 25 de agosto de 2015.

Em 30 de setembro de 2015, foi aprovado pela Assembleia Geral Extraordinária o aumento do capital social no valor de R\$ 3.765, passando de R\$ 277.480 para R\$ 281.245, com utilização de juros sobre o capital próprio. O aumento foi aprovado no Banco Central do Brasil em 5 de novembro de 2015.

b. Reserva legal

É constituída à base de 5% sobre o lucro líquido apurado, limitada a 20% do capital social.

c. Reserva de retenção de lucros

Nos exercícios anteriores, após a constituição da Reserva Legal, a Administração do Banco optou por destinar o saldo remanescente de lucros para constituição de Reserva de Retenção de Lucros.

d. Dividendos distribuídos

Aos acionistas está assegurado um dividendo mínimo correspondente a 25% do lucro líquido do exercício. Durante o exercício de 2015, foi proposto aos acionistas o montante de R\$ 18.751, segregado entre dividendos e juros sobre o capital próprio. Deste total, R\$ 11.296 foram destinados para aumento de capital.

e. Ações em tesouraria

No exercício de 2015, a Administração do Banco optou por recomprar 50.332 ações a serem mantidas em tesouraria. O saldo de ações em Tesouraria em 31 de dezembro de 2015 é de R\$ 1.358.

f. Ajuste a valor de mercado

O saldo de ajuste a valor de mercado é R\$ 118 (2014: R\$ 107) e corresponde aos títulos públicos federais disponíveis para venda, que são marcados a mercado.

g. Stock option

O Plano de Opção de Compra de Ações Preferenciais Intermedium, instituído nos termos do art. 168, § 3º, da Lei nº 6.404/76, é uma iniciativa do Conselho de Administração do Banco, por meio do qual serão outorgadas, aos administradores, aos executivos e aos colaboradores do Intermedium, opções para aquisição de Ações Preferenciais do Banco Intermedium S.A., com vista a incentivar o desempenho e favorecer a retenção de administradores, executivos e colaboradores do Intermedium, na medida em que sua participação no capital social do Banco permitirá que se beneficiem dos resultados para os quais tenham contribuído e que sejam refletidos na valorização do preço de suas ações, formando assim, com os acionistas do Intermedium, uma comunhão de interesses.

O Banco está autorizado a aumentar, independentemente de reforma estatutária, o Capital Social em até mais 282.006 (duzentas e oitenta e duas mil e seis) ações preferenciais nominativas, observadas as regras do regulamento aprovado pelo Conselho de Administração.

Este plano iniciou-se no ano de 2012 e encerrará em 2021. A primeira tranche, que iniciou em 2012, será concluída em 2017, com um custo para o Banco de aproximadamente R\$ 1.700. Para as tranches de 2013 e 2014, que se encerrarão no ano de 2020 e 2021, respectivamente, não haverá custo para o Banco, uma vez que os colaboradores elegidos terão o direito de exercer a opção de adquirir outras 187.630 ações preferenciais, pelo valor unitário de R\$ 22,13.

Para as tranches de 2013 e 2014, caso o colaborador não exerça a opção ou seja desligado do Banco, ele perderá o direito. Uma vez exercidas as opções, o outorgado não poderá vender, transferir ou alienar tais ações, bem como aquelas que venham a ser por ele adquiridas em virtude de bonificações, desdobramentos, subscrição ou qualquer outra forma de aquisição, desde que tais direitos tenham decorrido para o adquirente das ações objeto do Plano, pelo período mínimo de 5 (cinco) anos contados da data do recebimento da primeira oferta de ações a ele oferecidas pelo Banco.

A participação do outorgado no Plano não interfere em sua remuneração e não confere a ele direito de manter seu vínculo com o Banco.

20 Provisões, ativos e passivos contingentes e obrigações legais - Fiscais e previdenciárias

a. Ativos contingentes

Os ativos contingentes não são reconhecidos contabilmente pelo Banco, uma vez que pode tratar-se de resultado que nunca venha a ser realizado.

b. Provisões classificadas como perdas prováveis e obrigações legais - Fiscais e previdenciárias

O Banco Intermedium é parte em processos judiciais de naturezas trabalhista, cível e fiscal, decorrentes do curso normal de suas atividades. As provisões para contingências são estimadas levando em consideração a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento dos tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável.

A Administração entende que a provisão constituída é suficiente para atender às perdas decorrentes dos respectivos processos. Há provisão para contingências relativas a diversas ações cíveis e trabalhistas no valor de R\$ 5.910 (2014: R\$ 3.243), registrada sob a rubrica “outras obrigações”, conforme divulgado na Nota Explicativa nº 15 (c). Vide movimentação dos saldos no item “c”.

O passivo relacionado à obrigação legal em discussão judicial é mantido até o ganho definitivo da ação, representado por decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos ou a sua prescrição.

b.1 Movimentação das provisões e classificação por natureza

Natureza	Trabalhistas	Cíveis	Total
Saldo em 01/01/2015	1.689	1.554	3.243
Constituições/atualizações	745	5.644	6.389
Pagamentos/reversões	(690)	(3.032)	(3.722)
	<hr/>	<hr/>	<hr/>
Saldo em 31/12/2015	1.744	4.166	5.910

c. Passivos contingentes com perdas possíveis

c.1 Passivos contingentes fiscais classificados como perdas possíveis

c.1.1 Imposto de renda e contribuição social

- (i) Compreende o provisionamento dos efeitos do questionamento judicial da extinção da correção monetária de balanço, em conformidade com a Lei nº 9.249/95, advindo do aproveitamento (dedução) integral do saldo devedor de correção monetária no exercício de 1996 na apuração do IRPJ e da CSLL, no montante de R\$ 737, cujo depósito judicial no mesmo montante está registrado no ativo realizável a longo prazo.

- (ii) Em 30 de agosto de 2013, foi lavrado auto de infração para constituir créditos tributários a título de IRPJ e CSLL, relativos aos anos-calendário de 2008 a 2009, acrescidos de multa de ofício (qualificada) de 150% e dos juros de mora, bem como para aplicar multa isolada de 50% sobre valores de estimativas de IRPJ e de CSLL.

Principal de R\$ 10.300.272,27, multa de R\$ 19.883,224,98, juros de R\$ 11.512.140,96 - Total R\$ 41.695.638,21.

Foi protocolada impugnação administrativa em 30 de setembro de 2013. Os autos de infração têm por objetivo glosa de despesas incorridas com prestação de serviços. Tendo em vista a situação fática em discussão e os argumentos de defesa do Banco, avaliamos a expectativa de desfecho como possível, mas com menor probabilidade de perda.

c.1.2 PIS e COFINS

- (i) O Banco Intermedium possui decisão do Supremo Tribunal Federal, datada de 19 de dezembro de 2005, garantindo o direito de recolhimento da COFINS com base na receita de prestação de serviços. Durante o período de 1999 a 2006, o Banco efetuou depósito judicial e/ou realizou o pagamento da obrigação. Em 2006, o Banco, mediante decisão favorável do Supremo Tribunal Federal e concordância expressa da Receita Federal, realizou o levantamento do depósito judicial. Ademais, a habilitação dos créditos sobre o recolhimento dos impostos foi homologada sem questionamento pela Receita Federal do Brasil, em 11 de maio de 2006.
- (ii) Em 2 de julho de 2010, a Receita Federal do Brasil, contrariando decisão do Supremo Tribunal Federal, transitada em julgado, conforme especificado no item B acima, abriu processo administrativo cobrando os valores dos depósitos judiciais referentes à COFINS levantados pelo Banco nos autos do Mandado de Segurança nº 1999.38.00.016025, sendo os valores atualizados para dezembro de 2015: principal R\$ 1.254.405,31, multa R\$ 250.881,06, juros R\$ 2.072.743,41 — total de R\$ 3.578.029,78.

Em 5 de outubro de 2010, foi deferida liminar determinando o processamento da defesa apresentada nos autos do Processo Administrativo, com recurso hierárquico, com suspensão da exigibilidade do crédito tributário.

- (iii) Em 14 de julho de 2010, a Receita Federal do Brasil abriu processo administrativo cobrando os valores dos pedidos de restituição/compensação pagos a maior a título de COFINS levantados pelo Banco nos autos do Mandado de Segurança nº 1999.38.00.016025, sendo os valores atualizados até dezembro de 2015: principal R\$ 3.495.852,96, multa R\$ 699.170,59, juros R\$ 3.338.501,80 — total R\$ 7.533.525,35.

Após protocolo de Manifesto de Inconformidade, o Conselho Administrativo de Recursos Fiscais determinou o sobrestamento do processo administrativo até o julgamento do Supremo Tribunal Federal.

- (iv) Em 11 de novembro de 2010, foram lavrados autos para constituir créditos tributários a título de PIS e COFINS, acrescidos de multa de ofício de 75% e dos juros de mora no período de março de 2006 a dezembro de 2008. Os recolhimentos das contribuições em questão foram considerados insuficientes.
- **COFINS:** principal de R\$ 5.729.619,22, multa de R\$ 4.297.214,42 e juros de R\$ 6.879.383,29 — total de R\$ 16.906.216,93.

Após protocolo de Manifesto de Inconformidade, o Conselho Administrativo de Recursos Fiscais determinou o sobrestamento do processo administrativo até o julgamento do Supremo Tribunal Federal.

- (v) Em 15 de dezembro de 2014, foi lavrado auto de infração para constituir crédito tributário a título de COFINS, relativo ao período de janeiro de 2010 a dezembro de 2011, acrescidos de multa de ofício de 75% e dos juros de mora.

Principal de R\$ 11.211.843,46, multa de R\$ 8.408.882,60, juros de R\$ 6.284.505,00 - Total R\$ 25.905.231,06.

Foi protocolada impugnação administrativa em 13 de janeiro de 2015. O auto de infração foi lavrado sob o fundamento de que o Banco teria efetuado recolhimentos insuficientes da contribuição em questão. Tendo em vista os argumentos de defesa do Banco, avaliamos a expectativa de desfecho como possível, mas com menor probabilidade de perda.

- (vi) Em 9 de outubro de 2015, o Banco foi intimado acerca do despacho decisório que indeferiu o direito creditório de compensar débitos com créditos decorrentes de pagamentos considerados indevidos pelo Banco, efetuados a título de COFINS (meses de janeiro e fevereiro de 2014).

Em 3 de novembro de 2015, foi protocolada a manifestação de inconformidade, para a qual aguarda-se manifestação.

Principal de R\$ 1.367.096,38, multa de R\$ 273.419,28, juros de R\$ 259.332,16 — Total R\$ 1.899.847,82.

c.2 *Outros passivos contingentes classificados como perdas possíveis*

O Banco Intermedium mantém um sistema de acompanhamento para todos os processos em que figura como “autor” ou “réu” e, amparado na opinião dos assessores jurídicos, classifica as ações de acordo com a expectativa de perda. Assim, os processos contingentes avaliados como de risco de perda possível ou remota não são reconhecidos contabilmente e os principais processos não relacionados a obrigações fiscais, com classificação de perda possível, possuem estimativa de valor dos assessores jurídicos de R\$ 14.220 em 31 de dezembro de 2015 (2014: R\$ 26.132).

21 Outras despesas administrativas

	<u>Semestre</u>	<u>Exercícios</u>	
	2015	2015	2014
Prestação de serviços	2.615	5.551	8.036
Processamento de dados	6.180	10.802	10.231
Aluguel	2.393	4.800	4.115
Comunicação	1.463	2.742	2.404
Despesas bancárias	1.588	3.467	3.515
Serviços técnicos especializados	3.047	5.756	5.656
Propaganda e publicidade	2.301	4.033	4.940
Outros	6.462	12.318	9.526
Total	26.049	49.469	48.423

22 Outras receitas operacionais

	<u>Semestre</u>	<u>Exercícios</u>	
	2015	2015	2014
Recuperação de crédito	4.722	8.089	10.485
Recuperação de encargos	4.887	8.715	7.230
Outras rendas	643	1.059	5.260
	<u>10.252</u>	<u>17.863</u>	<u>22.975</u>

23 Outras despesas operacionais

	<u>Semestre</u>	<u>Exercícios</u>	
	2015	2015	2014
Amortização e depreciação	1.494	3.328	1.712
Descontos concedidos	2.574	4.758	4.049
Despesas com portabilidade	1.878	1.956	78
Prejuízo na alienação de valores	992	992	
Outras despesas	2.454	3.923	1.418
	<u>9.392</u>	<u>14.957</u>	<u>7.257</u>

24 Outras informações

No Grupo Intermedium, a gestão dos Riscos de Crédito, Liquidez, Mercado e Operacional e Responsabilidade Socioambiental é realizada de forma contínua e autônoma, se apoia em políticas e estratégias estruturadas e em uma equipe técnica adequadamente capacitada.

A gestão de riscos deve ser tratada como atividade essencial e vital para o crescimento sustentável das operações do grupo e, para isso, mantém e cumpre um conjunto de normas e procedimentos para assegurar a qualidade dos serviços e produtos ofertados aos seus *stakeholders*.

O Grupo Intermedium possui, ainda, a Comissão de Auditoria e o Comitê de Riscos e Capital, que são formados por integrantes da Alta Direção do Grupo, inclusive do Conselho de Administração, tomando decisões colegiadas, objetivando a supervisão e a avaliação da efetividade dos controles internos, da qualidade e da integridade das informações trabalhadas e do desempenho das auditorias interna e independente.

Mais detalhes sobre a estrutura de gestão de riscos do Grupo estão disponíveis no sítio eletrônico www.intermedium.com.br, no *link* Informações Corporativas.

a. Gestão de riscos de liquidez

O risco de liquidez é definido como a possibilidade de a instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas; e a possibilidade de a instituição não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

As funções de gerenciamento de risco de liquidez compreendem um conjunto de atividades funcionais que permeiam toda a “cadeia de negócio”, desenvolvimento de produtos, negociação e desembolso de operações, e o acompanhamento da efetividade dos processos e controles utilizados.

No Grupo Intermedium, essa gestão é também avaliada semanalmente pelo Comitê de Caixa com o objetivo de organizar, avaliar e monitorar o risco de liquidez, estabelecendo processos, ferramentas e limites necessários para a geração e a análise de cenários prospectivos de liquidez e o acompanhamento dos níveis de apetite aos riscos estabelecidos pela Alta Administração, em linha com a Resolução nº 4.090 do CMN.

b. Gestão de riscos de mercado

O risco de mercado é a possibilidade de perdas que podem ser ocasionadas por mudanças no comportamento das taxas de juros, do câmbio, dos preços das ações e dos preços de *commodities*, em função dos descasamentos de prazos, moedas e indexadores das carteiras ativa e passiva do Banco.

A supervisão dos riscos permite a análise de exposições diante dos limites estabelecidos e a identificação de tendências por meio da utilização de modelos específicos, bem como o controle das exigências de capital.

No Grupo Intermedium, a gestão do risco de mercado tem, entre outros, o objetivo de apoiar as áreas de negócios, estabelecendo processos e implementando ferramentas necessárias para avaliação e controle dos riscos relacionados, possibilitando a mensuração e o acompanhamento dos níveis de apetite a risco definidos pela Alta Administração.

c. Gestão de riscos operacionais

De acordo com a Resolução 3.380/2006 do CMN, risco operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos. Essa definição inclui o risco legal associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pela instituição, bem como às sanções legais em razão do descumprimento de dispositivos legais e às indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pela instituição.

O Grupo Intermedium trata todos os apontamentos de riscos identificados nos mapeamentos de seus processos, bem como aqueles considerados pelas auditorias e pelos reguladores como risco operacional, e, através deste trabalho, cria ações que mitigam esses apontamentos.

Para alocação de capital para o risco operacional, o Grupo Intermedium adotou a metodologia do Indicador Básico de mensuração ou BIA, conforme previsto no art. 1º da Circular nº 3.640, de 4 de março de 2013.

d. Gestão de risco de crédito

O risco de crédito é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento, pelo tomador ou contraparte, de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados.

O objetivo da gestão do risco de crédito é apoiar a Alta Administração no processo decisório, definindo estratégias e políticas, mecanismos de mitigação de risco e procedimentos destinados a manter a exposição ao risco de crédito em níveis considerados aceitáveis pela Administração do Grupo.

O Grupo Intermedium realiza a gestão do risco de crédito com apoio do Comitê de Riscos e Capital, adotando critérios de governança através de instrumentos e ferramentas que permitem a identificação, a avaliação, a mensuração, o acompanhamento e o reporte do risco incorrido em suas atividades nas principais etapas, seja na concessão, no monitoramento ou na recuperação de crédito. Não obstante, testes de estresse são usados para mensurar possíveis perdas em diversos cenários que a área de risco julgue prováveis.

Em atendimento à Circular nº 3.477 do Conselho Monetário Nacional, as informações sobre gestão de riscos e capital encontram-se no endereço https://www.intermedium.com.br/arquivos/pdf/gerenciamento_riscos_capital.pdf.

e. Ouvidoria

A Ouvidoria do Grupo Intermedium atua como canal de relacionamento entre os clientes e usuários dos produtos e serviços ofertados e no tratamento e na mediação de conflitos. A Ouvidoria tem por escopo buscar soluções ágeis e efetivas, atuando com transparência e imparcialidade e, ainda, possui o compromisso de promover melhorias nos serviços prestados. As ocorrências recebidas pela Ouvidoria são analisadas e atendidas, de modo conclusivo e formal, em até 10 dias úteis, em estrita consonância com a Resolução nº 4.433/15 do Banco Central do Brasil.

f. Índice de Basileia

Em 30 de junho de 2011, em linha com o Pilar II de Basileia, o Banco Central do Brasil (Bacen) divulgou a Resolução CMN nº 3.988, que estabeleceu a necessidade de implementação de estrutura de gerenciamento de capital para as instituições financeiras.

No segundo semestre de 2014, o Banco Central do Brasil publicou vários normativos relacionados à gestão de riscos, complementando outras publicações relacionadas à Basileia III. Uma delas, a Circular nº 3.714/2014, alterou artigos da Circular nº 3.644/2013, impactando o Índice de Basileia e, conseqüentemente, aumentando as suas disponibilidades na oferta de crédito.

A Resolução nº 4.388/2014, que altera as disposições das demais resoluções relativas à gestão de riscos, incluindo a partir de janeiro de 2015 a necessidade de gerir os riscos do Conglomerado Prudencial, ou seja, das empresas que compõem o Catálogo de Documento (CADO) 4060, e apuração dos números do Grupo através deste documento.

O Banco Intermedium S.A. possui mecanismos que possibilitam a identificação e a avaliação dos riscos relevantes incorridos, inclusive aqueles não cobertos pelo Patrimônio de Referência Mínimo Requerido (PRMR) relacionado aos riscos do Pilar I. As políticas e as estratégias, bem como o plano de capital, possibilitam a manutenção do capital em níveis compatíveis com os riscos incorridos pelo Banco. Os testes de estresse são realizados periodicamente e seus impactos são avaliados sob a ótica de capital. Os relatórios gerenciais de adequação de capital são reportados para as áreas e para os comitês estratégicos intervenientes, constituindo-se em subsídio para o processo de tomada de decisão pela Alta Administração do Banco.

O Índice de Basileia foi apurado segundo os critérios estabelecidos pelas Resoluções CMN nº 4.192/2013 e nº 4.193/2013, que tratam do cálculo do Patrimônio de Referência (PR) e do Patrimônio de Referência Mínimo Requerido (PRMR) em relação aos Ativos Ponderados pelo Risco (RWA).

Destaca-se que a partir de 1º de outubro de 2013 passou a vigorar o conjunto normativo que implementou no Brasil as recomendações do Comitê de Supervisão Bancária de Basileia relativas à estrutura de capital de instituições financeiras, conhecidas por Basileia III. As novas normas adotadas tratam dos seguintes assuntos:

- I. Nova metodologia de apuração do capital regulamentar, que continua a ser dividido nos Níveis I e II, sendo o Nível I composto pelo Capital Principal (deduzido de Ajustes Prudenciais) e Capital Complementar.
- II. Nova metodologia de apuração da exigência de manutenção de capital, adotando requerimentos mínimos de PR, de Nível I e de Capital Principal, e introdução do Adicional de Capital Principal.

O escopo de consolidação utilizado como base para a verificação dos limites operacionais também foi alterado, passando a considerar apenas o Conglomerado Financeiro, de 1º de outubro de 2013 até 31 de dezembro de 2014, e o Conglomerado Prudencial, definido na Resolução CMN nº 4.280/2013, a partir de 1º de janeiro de 2015.

Todas as citações ao PR e ao Patrimônio de Referência Exigido (PRE) ou PRMR, em datas anteriores a 1º de outubro de 2013, referem-se à metodologia de Basileia II e foram apurados segundo os critérios estabelecidos pelas Resoluções CMN nº 3.444/2007 e nº 3.490/2007, respectivamente.

O índice apresentado no exercício comparativo findo em 31 de dezembro de 2014 foi de 22,97%.

DLO - DOCUMENTO DE LIMITES OPERACIONAIS
ÍNDICE DE BASILÉIA - REFERÊNCIA: 12/2015
DETALHAMENTO DAS MARGENS DE REQUERIMENTO RELATIVAMENTE AO RWA

Descrição	
PATRIMÔNIO DE REFERÊNCIA PARA COMPARAÇÃO COM O RWA	324.849
PATRIMÔNIO DE REFERÊNCIA (PR)	324.849
EXCESSO DOS RECURSOS APLICADOS NO ATIVO PERMANENTE	
CAPITAL DESTACADO PARA OPERAÇÕES COM O SETOR PÚBLICO	
ATIVOS PONDERADOS POR RISCO (RWA)	1.617.490
RWA PARA RISCO DE CRÉDITO POR ABORDAGEM PADRONIZADA - RWACPAD	1.355.119
RWA PARA RISCO DE MERCADO	
RWA PARA RISCO OPERACIONAL POR ABORDAGEM PADRONIZADA - RWAOPAD	262.371
MARGEM SOBRE O PATRIMÔNIO DE REFERÊNCIA REQUERIDO	146.925
PATRIMÔNIO DE REFERÊNCIA MÍNIMO REQUERIDO PARA O RWA	177.924
MARGEM SOBRE O PATRIMÔNIO DE REFERÊNCIA NÍVEL 1 REQUERIDO	227.799
PATRIMÔNIO DE REFERÊNCIA NÍVEL 1 PARA COMPARAÇÃO COM RWA	324.849
PATRIMÔNIO DE REFERÊNCIA NÍVEL 1	324.849
PATRIMÔNIO DE REFERÊNCIA NÍVEL 1 MÍNIMO REQUERIDO PARA O RWA	97.049
MARGEM SOBRE O CAPITAL PRINCIPAL REQUERIDO	252.061
CAPITAL PRINCIPAL PARA COMPARAÇÃO COM RWA	324.849
CAPITAL PRINCIPAL - CP	324.849
CAPITAL PRINCIPAL MÍNIMO REQUERIDO PARA O RWA	72.787
MARGEM SOBRE O PR CONSIDERANDO A RBAN	112.173
PATRIMÔNIO DE REFERÊNCIA MÍNIMO REQUERIDO PARA O RWA E PARA RBAN	212.676
VALOR CORRESPONDENTE AO RBAN	34.752
CAPITAL PRINCIPAL MÍNIMO REQUERIDO PARA MANUTENÇÃO DE INSTRUMENTOS ELEGÍVEIS AO	
CAPITAL COMPLEMENTAR	82.896
CAPITAL PRINCIPAL MÍNIMO REQUERIDO PARA MANUTENÇÃO DE INSTRUMENTOS ELEGÍVEIS AO NÍVEL II	72.787
ÍNDICE DE BASILEIA:	20,08%

g. Responsabilidade socioambiental

Além daquilo que a Resolução nº 4.327/2014 apregoa, para o Grupo Intermedium responsabilidade socioambiental é quando a própria organização, clientes, usuários, fornecedores ou prestadores de serviços, de forma voluntária, adotam posturas, comportamentos e ações que promovam o bem-estar dos seus públicos interno (funcionários, acionistas etc.) e externo (comunidade, parceiros, meio ambiente etc.). É uma prática voluntária, que envolve o benefício da coletividade e não deve ser confundida exclusivamente por ações compulsórias impostas pelo regulador.

Nos negócios realizados pelo Grupo e nos produtos por ele ofertados, são realizadas avaliações específicas sobre a exposição aos riscos relacionados à responsabilidade socioambiental de suas atividades, incluindo a concessão de crédito e até mesmo a contratação de serviços terceirizados ou fornecedores. A gestão dos riscos relacionados consiste em avaliar os aspectos socioambientais com os quais o cliente esteja envolvido quanto ao atendimento à legislação ambiental, condições de trabalho, uso dos recursos naturais, gestão de resíduos etc., e estabelecer o seu nível de risco socioambiental em relação ao seu relacionamento com o Grupo Intermedium.

h. Outros assuntos

Em 28 de dezembro de 2015, o Banco realizou Assembleia Geral Extraordinária na qual foram efetuadas determinadas alterações no Estatuto Social, adequando-o à redação da Lei nº 6.404/76, no que se refere à aprovação e à distribuição de dividendos. No dia 29 de dezembro de 2015, em Reunião do Conselho de Administração, a composição e a estrutura de sua Diretoria foram alteradas, conforme divulgação. Ambas alterações foram protocoladas em 18 de janeiro de 2016 e estão em processo de homologação pelo Banco Central do Brasil.

Conselho de Administração

Rubens Menin Teixeira de Souza - Presidente

Aquiles Leonardo Diniz - Conselheiro

João Vitor Nazareth Menin Teixeira de Souza - Conselheiro

José Felipe Diniz - Conselheiro

Marcos Alberto Cabaleiro Fernandez - Conselheiro

Rafael Nazareth Menin Teixeira de Souza - Conselheiro

Presidente

João Vitor Nazareth Menin Teixeira de Souza

Diretoria Executiva

Alexandre Riccio de Oliveira

Marco Túlio Guimarães

Diretoria

Maria Virginia Gomes Moreira

Sebastião Luiz da Silva

Contador responsável

Sicomar Benigno de Araújo Soares - CRC-MG 67.120-O-3